



Incursões teóricas acerca das concepções de Educação Ambiental de uma escola agrícola no interior do estado de Rondônia - Brasil.

Theoretical forays into the concepts of Environmental Education at an agricultural school in the interior of the state of Rondônia - Brazil.

Magda Regina Dias Farias
Faculdade Unisapiens

E-mail magdadfarias@gmail.com

Paulo Cesar Gastaldo Claro
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail gastaldo@unir.br

GDP: (GDP2 - Pesquisa em Contextos Escolares)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a narrativa crítica das concepções de Educação Ambiental (EA) dos professores de uma escola agrícola situada no interior do estado de Rondônia, Brasil. O diálogo teórico trazido neste ensaio é o resultado do recorte reflexivo de uma pesquisa de mestrado realizada no ano de 2022, cujo aporte conceitual pautou-se na EA Crítica (EAC), utilizando as macrotendências político-pedagógicas no campo da EA para fins de análise da escola investigada. O diálogo proposto foi dividido em três momentos: o primeiro, situa a EA a partir de sua perspectiva interdisciplinar. O segundo, apresenta a adoção da EAC como campo teórico defendido pelos autores e, por último, apresenta a análise das concepções de EA dos professores investigados a partir das práticas educativas desenvolvidas na escola. Em relação a metodologia utilizada, destaca-se que os dados obtidos foram o resultado de uma pesquisa de cunho qualitativo, no campo da educação, tendo como estratégia de investigação o estudo de caso. A análise das informações foi realizada por intermédio de uma adaptação da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Como principais resultados obtidos na investigação, ressaltam-se as aprendizagens comportamentalistas dos professores em relação a EA, indicando uma forte congruência à macrotendência político-pedagógica conservacionista.

Palavras-Chave: *educação ambiental crítica, concepção de educação ambiental, macrotendências da educação ambiental.*



ABSTRACT

This work aims to critically narrate the conceptions of Environmental Education (EE) of teachers at an agricultural school located in the interior of the state of Rondônia, Brazil. The theoretical dialogue brought in this essay is the result of the reflective analysis of a master's degree research carried out in 2022, whose conceptual contribution was based on Critical EA (EAC), using political-pedagogical macrotrends in the field of EA for analysis purposes. of the investigated school. The proposed dialogue was divided into three moments: the first, situates EA from its interdisciplinary perspective. The second presents the adoption of EAC as a theoretical field defended by the authors and, finally, it presents the analysis of the EE conceptions of the teachers investigated based on the educational practices developed at the school. Regarding the methodology used, it is noteworthy that the data obtained were the result of qualitative research, in the field of education, using the case study as an investigation strategy. The information analysis was carried out through an adaptation of the content analysis proposed by Bardin (2016). The main results obtained in the investigation highlight the behavioral learning of teachers in relation to EE, indicating a strong congruence with the conservationist political-pedagogical macro-trend.

Keywords: *critical environmental education, conception of environmental education, macro trends in environmental education.*

INTRODUÇÃO

A questão teórica impressa neste trabalho remete ao entendimento de que o fazer educativo nunca se deu de maneira neutra, tampouco, se fez distanciado das dimensões políticas que forjam o atual modelo de desenvolvimento econômico, em outras palavras, a educação ainda se caracteriza como um mecanismo de alienação social ou, antagonicamente, como uma das possibilidades de constituição de um pensamento contra hegemônico que possibilite a criação de instrumentos de subversão contra a desigualdade social.

Nesse ideário conceitual, a Educação Ambiental (EA) escolar precisa ser política e crítica, portanto, consciente de que o seu papel na sociedade é o de ressignificar o entendimento de que a EA está muito além do ensinar as crianças a separar o lixo, limpar as carteiras, realizar hortas, entre outras ações que despolitizam e banalizam o fazer ambiental.

A EA escolar quando pensada sob o viés do predomínio de práticas irrefletidas, minimiza o seu papel crítico na sociedade, sendo esta incapaz de combater a crise socioambiental, uma vez que a ênfase dialógica se centra nas práticas de cunho naturalista, exaltadas por projetos que romantizam a relação entre sociedade e natureza e sugerem que a crise ambiental possa ser superada por meio de atitudes comportamentalistas.



Em oposição às práticas irrefletidas, corrobora-se a assunção de uma EA crítica na escola que não teme a revisão dos modelos de desenvolvimento pautados na naturalização do crescimento econômico como a panaceia das sociedades modernas e que seja capaz de trazer à tona os mecanismos sociais que ocultam a exploração humana.

A EA crítica na escola transcende as práticas conservacionistas, comumente encontradas nos projetos escolares, com discursos de proteção ambiental, geralmente descontextualizados das matrizes originárias dos modelos de produção econômica que corroboram o uso indiscriminado dos bens naturais como alternativa única para o crescimento social. Imprimir o debate ambiental na escola por meio da EA crítica é resgatar a relevância do ambientalismo na história, com vistas à constituição de políticas de sustentabilidade ambiental que possibilitem a criação de novas percepções em relação ao conceito de desenvolvimento, superando, assim, a falácia de que é possível conciliar o crescimento econômico por meio da utilização dos recursos naturais, apregoada pelos defensores do Desenvolvimento Sustentável (DS).

Com este fim, o artigo em tela é um recorte reflexivo acerca da pesquisa realizada na Escola Família Agrícola (EFA) Itapirema, no ano de 2022, situada no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, na Amazônia Legal, Brasil, que teve como objetivo principal analisar as concepções de EA da escola a partir das práticas educativas dos professores que lá atuam.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no estado de Rondônia surgem no fim da década de 1980, inspiradas no ideário pedagógico de salvaguardar a educação dos filhos dos pequenos agricultores por meio da Pedagogia da Alternância (PA), cuja finalidade é a articulação dos saberes escolares com a vinculação da realidade dos movimentos sociais dos trabalhadores, garantindo assim o direito à educação dos camponeses e evitando que estes migrem para centros urbanos em busca de formação e desenvolvimento socioeconômico (Rodrigues, 2020).

A educação no/do campo no Brasil é o reflexo das lutas dos movimentos sociais do campo, seja por meio da alternância ou pelas escolas itinerantes, forjadas no interior dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), exaltando o sentido da resistência das populações camponesas.

Atualmente existem sete EFAs no estado de Rondônia, distribuídas da seguinte maneira: a EFA Padre Ezequiel Ramin, fundada em 1989 no município de Cacoal; a EFA Vale do Paraíso, implantada em 1990 no município Vale do Paraíso; em Ji-Paraná, a EFA Itapirema, inaugurada em 1991; a EFA Chico Mendes, implantada em 1992 no município de Novo Horizonte do Oeste; a EFA Vale do Guaporé, fundada em 2005 no município de São Francisco do Guaporé; a EFA Dom Antônio Possamai, no município de Jaru, fundada em 2013 e a EFA Manoel Ribeiro no município de Cerejeiras, fundada em 2020.

Se o diálogo em relação a EA em escolas regulares sugere uma série de inquietações quanto aos métodos e práticas, pensar a questão ambiental em uma EFA, oriunda de uma pedagogia alicerçada em condicionantes históricos que



reivindicam o espaço da população campesina, instaura, indubitavelmente, a motivação candente da pesquisa realizada.

A pesquisa em tela apoiou-se em autores da EA crítica, sendo definido como parâmetro de análise principal as práticas educativas dos professores a partir das macrotendências político-pedagógicas no campo da EA, o que possibilitou situá-las, mesmo que em caráter temporário, em dimensões de cunho conservacionista, pragmática e crítica. Sorrentino (1995) classificou a EA no início da década de 1990 a partir de quatro vertentes, sendo elas: a conservacionista, ao ar livre, gestão ambiental e a economia ecológica. Em relação às vertentes identificadas por Sorrentino, Layrargues e Lima (2014, p. 27) apontam o predomínio, neste período, de uma EA “[...] como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionista, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza”.

O discurso responsabilizador da sociedade civil como causadora dos problemas ambientais, amplamente defendido pela Ecologia na década de 1990, tornou-se motivo de grande questionamento por parte de educadores ambientais que entendiam que a crise ambiental só poderia ser confrontada a partir de uma percepção socioambiental, em outras palavras, seria necessária uma EA que incorporasse no debate os aspectos sociais, econômicos e culturais que nunca estiveram desconectados do ambiente.

Sauvé (2005), a fim de sistematizar as concepções de EA, realizou uma cartografia a partir de quinze principais correntes, sendo elas: Naturalista, Conservacionista/Recursiva, Resolutiva, Sistêmica, Científica, Humanista, Feminista, Etnográfica, Ecoeducação, Prática, Crítica, Projeto de desenvolvimento sustentável, Moral/ ética, Holística e a Biorregionalista.

Apesar de o mapeamento de Sauvé (2005) refletir uma realidade informacional com dados gerados em um contexto europeu e norte-americano, infere-se que estes não se distinguem significativamente da realidade brasileira, ao contrário, aproximam-se do quadro multifacetado em que a questão ambiental vem sendo desenhada no Brasil nas últimas décadas.

Entretanto, o que não se pode confirmar é o estado da arte em que se encontram as correntes referenciadas por Sauvé (2005), tampouco a corrente mais usual dentre as descritas, mas é possível demonstrar que não há uma epistemologia única para o desenvolvimento da EA na escola.

Diferentemente de Sauvé (2005), que apresenta uma cartografia da EA, neste artigo são utilizadas as macrotendências político-pedagógicas no campo da EA, situando as perspectivas conservacionista, pragmática e crítica como categorias de referência para a análise das práticas educativas ambientais desenvolvidas na EFA Itapirema.

Segundo Layrargues e Lima (2014), a sistematização da EA por meio de macrotendências é possível devido a associação da questão ambiental ao Campo Social proposto por Pierre Bourdieu, pois se trata de um espaço com diferentes concepções, orientadas por posturas políticas, pedagógicas e epistemológicas que fundamentam as ações ambientais na escola.



Nesse universo extremamente complexo, delimitar o diálogo ambiental a partir de macrotendências, reduz as incontáveis correntes político-pedagógicas que o campo da EA apresenta. Para Layrargues e Lima (2014), a EA organizada a partir de macrotendências pode ser compreendida por meio de três perspectivas conceituais: a primeira, de teor conservacionista, pautada em ações comportamentalistas, a segunda, com um viés pragmático, vinculada aos discursos de DS e Consumo Sustentável e, a última, de carácter crítico, contestadora dos modelos de produção capitalista e defensora de uma educação crítica e emancipatória.

A EA conservacionista concebe suas práticas a partir da noção de que as relações sociais com o ambiente devem pautar-se na preservação dos bens naturais como uma forma de manutenção da espécie humana na terra, todavia, questões como a fome, desigualdade social, pobreza, acúmulo do capital, meios de produção, concepções de desenvolvimento econômico e social, entre outras questões que permeiam o fazer político na sociedade, são desconsideradas do debate, traduzindo a negação da dimensão social no ambiente.

Já a macrotendência pragmática concentra o debate na dinâmica de responsabilização da sociedade civil em relação a crise ambiental, evidenciando em seus discursos que se trata de uma extensão da macrotendência conservacionista, distanciada da crítica em relação aos padrões de consumo originários das sociedades urbano-industriais (Layrargues e Lima, 2014).

Ambas macrotendências, conservacionista e pragmática, possuem forte apelo ao constructo de culpabilização social em relação aos problemas ambientais, destacando a responsabilidade da sociedade civil em preservar os recursos ambientais, a partir do incentivo de campanhas de coleta e separação do lixo, limpeza de áreas públicas pela comunidade, entre outras ações que fazem dissuadir a responsabilidade, por exemplo, das empresas multinacionais que são as maiores poluidoras em diversos estados brasileiros.

Em antagonismo as macrotendências conservadora e pragmática, a macrotendência crítica emerge a partir de um ideário de contestação dos modelos vigentes de produção e dos mecanismos de acumulação do capital. Em outras palavras, a perspectiva crítica da EA traduz um movimento que “aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental” (Layrargues e Lima, 2014, p. 33).

No mesmo sentido, Claro e Farias (2024, p. 7) enfatizam a necessidade de construção de uma EA crítica na escola, com vistas a superação das práticas conservacionistas e do simplismo pedagógico proposto em projetos educativos ambientais na escola:

A adoção de práticas ambientais críticas na escola é tarefa imperiosa a fim de se criar alternativas de subversão à crise socioambiental, uma vez que o espaço educativo também é um espaço político, cuja função precípua é a formação social com vistas a constituição de redes de solidariedade e responsabilidade para com a existência humana e não-humana.



Diante da consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes é possível vislumbrar a produção científica em relação a EA escolar no Brasil na última década, o que intensifica a premissa que desde a promulgação da Lei 9795/99, que Instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a EA nas escolas ainda não conseguiu ocupar o seu espaço, seja pela insipiência das práticas ou pelo distanciamento de um referencial crítico.

METODOLOGIA

O cerne desta investigação conduz para a análise das concepções de EA dos professores da EFA Itapirema, localizada na linha 04, Km 09, no município de Ji-Paraná, Rondônia, Brasil. Para tanto, adotou-se como objetivo geral deste artigo a narrativa crítica das concepções de EA dos professores investigados, a partir das macrotendências político-pedagógicas no campo da EA, situando-as nas perspectivas conservacionista, pragmática e crítica.

Em relação ao caminho metodológico, defende-se a ideia de que os aspectos metodológicos em pesquisas de cunho qualitativo são orientados por procedimentos gerais que são ressignificados durante a própria investigação, uma vez que não é possível ao pesquisador controlar os fenômenos decorrentes da própria pesquisa (Triviños, 1987).

Considerando a especificidade qualitativa que o estudo apresenta, optou-se por empreender um movimento de pesquisa de caráter qualitativo e no campo da educação, sinalizando para o entendimento de uma metodologia que se configura a partir de um conjunto de ações que são assumidos com a intenção de atender aos objetivos propostos.

Como estratégia de investigação adotou-se o estudo de caso, por se tratar de uma perspectiva de pesquisa que permite a utilização de múltiplos procedimentos metodológicos a fim de solucionar o problema. De acordo com André (2013, p. 98) à medida que a pesquisa avança “[...] pontos críticos iniciais tendem a se modificar [...] alguns se firmam, mostrando-se realmente relevantes para aquela situação, outros terão que ser descartados pela sua pouca pertinência ao caso”.

A pesquisa em tela expressa um estudo de caso qualitativo, portanto, em função da especificidade do objeto de investigação, escolheu-se a combinação de três fontes documentais principais: Projeto Político Pedagógico (PPP); projetos ambientais organizados pelos professores e os planos de ensino do curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio. Composto, ainda, o *corpus* documental, decidiu-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas com a direção e a coordenação pedagógica e a aplicação de questionário com perguntas abertas aos professores vinculados ao curso Técnico em Agropecuária.



A fim de responder aos objetivos destacados na investigação, foram elaboradas questões, tanto para as entrevistas semiestruturadas como para o roteiro de perguntas abertas do questionário, que sinalizassem o debate sobre a EA na escola; a inserção da EA nos componentes curriculares; as correntes ou tendências de Educação Ambiental destacadas pelos professores, assim como a concepção de ambiente e de EA adotados pelos professores e pela gestão da EFA Itapirema.

Em relação à análise das informações coletadas por meio dos documentos, realizou-se uma adaptação da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), opção válida pela perspectiva interpretativa que a mesma dispõe, consistindo em uma técnica que pode ser aplicada em diversos discursos, capaz de chegar a compreensões detalhadas em relação ao meio investigado.

Bardin (2016) assevera que a análise de conteúdo tem como objetivo principal a análise das comunicações, garantindo, por procedimentos sistemáticos e objetivos, os sentidos e os significados do conteúdo destas informações, cuja articulação técnica se dá a partir de quatro dimensões: pré-análise, exploração do material, tratamento informacional e, por fim, redação das análises.

Como a escola não desenvolve suas atividades por meio de planos de ensino, realizou-se a análise nos Planos de Estudos (PE) referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021, os quais foram selecionados a partir do título do projeto ou pela relação existente entre o componente curricular e a Educação Ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como principais resultados da investigação, infere-se que a concepção de EA e de natureza ficam evidentes em dois momentos distintos. O primeiro, destacado no PPP da escola, em particular nas bases tecnológicas da Educação Religiosa, sendo elencado entre as características que devem ser cultivadas entre os jovens, sendo elas: o perdão; a autoestima; o sentido da vida; a espiritualidade do cotidiano; a ecologia como base do desenvolvimento; a Educação Ambiental; vida sem drogas e a construção da personalidade. O segundo momento que é identificado o termo EA, remete as bases tecnológicas do ensino da Biologia, cujos termos referem: os ciclos da matéria; a sucessão ecológica; citoplasma e organelas e meio ambiente (lixo e Educação Ambiental) (PPP, 2019).

Já a categoria natureza surge nas competências previstas no ensino da Biologia, sendo exaltada a necessidade de “compreender os ciclos da matéria na natureza, assim como estabelecer relações entre causa e efeito dos fenômenos que ocorrem na natureza” (PPP, 2019, p. 161). Em seguida, o termo natureza emerge nas competências esperadas no ensino de Geografia, cuja pretensão aponta para o reconhecimento da “importância da proteção da natureza para a continuidade da vida no planeta” (PPP, 2019, p. 166).

Apesar de as categorias natureza e EA estarem intimamente ligadas, percebe-se nas falas dos professores respondentes que o termo natureza é incorporado a ideia de meio ambiente, sugerindo, nas palavras de Sauvé (2005), a natureza enquanto recurso   sobrevivência humana, em outras palavras, a natureza como alternativa de manutenção do meio ambiente.



Em relação às práticas educativas ambientais percebe-se que a preocupação com a formação de profissionais comprometidos com a questão ambiental é recorrente durante o PPP da Escola Família Agrícola (EFA) Itapirema, sendo também reforçado nos objetivos específicos, cuja motivação do curso instaura a perspectiva de formação de um “profissional para atuar com responsabilidade social e ambiental” (PPP, 2019, p. 21).

Quanto às categorias ambientalismo, Desenvolvimento Sustentável (DS) e sustentabilidade, optou-se pelo diálogo enquanto categoria única, uma vez que estas refletem um debate indissociável, cuja matriz dialógica é a própria concepção de natureza. A noção de ambientalismo presente no PPP da escola, de maneira rotineira, referencia a necessidade do desenvolvimento de ações que preconizam a preservação dos recursos naturais. À maneira de exemplo, destaca-se o ensino de Geografia que prevê nas habilidades pretendidas a reflexão acerca da “preservação dos recursos naturais” (PPP, 2019, p. 166).

A proposição de um ensino fundamentado na utilização e preservação dos recursos naturais, articulado ao viés do DS, consagra a tônica do projeto pedagógico da escola, sugerindo uma pedagogia de valorização e manutenção do jovem no campo.

Nas AP desenvolvidas na escola, constata-se, também, a preocupação com a gestão do ambiente, intensificando, nas palavras de Sauvé (2005), a organização do ambiente a partir de proposições que são definidas pelo caráter de conservação dos recursos ambientais.

Depreende-se da análise realizada no PPP da escola, em relação a categoria ‘ambientalismo’, que o projeto direciona para uma perspectiva de utilização dos recursos naturais de modo sustentável e racional, em outras palavras, o entendimento de que é possível preservar a natureza e salvaguardar o desenvolvimento econômico. De acordo com Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 65), a imbricação entre natureza e desenvolvimento econômico torna-se conflitante, uma vez que “[...] mesmo admitindo-se que crescimento e sustentabilidade não sejam objetivos excludentes, isto não significa que o primeiro vá favorecer necessariamente o segundo”.

As categorias DS e sustentabilidade, tanto no PPP da escola, assim como nas falas dos respondentes, sugerem uma lacuna interpretativa, uma vez que ambos os conceitos são retratados como sinônimos. Historicamente, desde a década de 1990, a crítica principal ao DS pauta-se pela ênfase dada por seus defensores ao crescimento econômico como alternativa única do desenvolvimento social, pela ausência de crítica à economia de mercado e pela supressão da dimensão política nos debates ambientais (Nascimento, 2012).

Em síntese, afirma-se que a partir dos procedimentos adotados na realização desta pesquisa foi possível analisar as concepções de EA dos professores da EFA Itapirema, chegando à compreensão, por meio de suas práticas educativas, que estas possuem uma forte congruência com a macrotendência político-pedagógica conservacionista (Layrargues e Lima, 2014).



As práticas educativas dos professores investigados sugerem aprendizagens comportamentalistas em relação a EA, podendo ser corroborado, por meio dos documentos analisados, a ênfase atribuída ao preservacionismo da natureza e a responsabilização da sociedade civil no processo de degradação ambiental.

CONCLUSÃO

Consciente que toda a pesquisa reflete uma dimensão de inacabamento e longe de acreditar que os resultados desta encerram ou definem a escola investigada, buscou-se por meio dos teóricos da EAC, a partir de um tempo e espaço, narrar criticamente as concepções de EA dos professores investigados por meio das macrotendências político-pedagógicas no campo da EA.

Este trabalho, como destacado na introdução, é um recorte reflexivo que abordou apenas um dos objetivos perseguidos na pesquisa original, sendo necessário a retomada da discussão em outras produções científicas a fim de suprir questões que não foram contempladas na produção em tela.

Necessário destacar que, mesmo a pesquisa não tendo a pretensão de realizar um estudo do estado da arte das investigações que foram desenvolvidas no campo da EA, a utilização de descritores adequados por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, possibilitou traçar um panorama da EA escolar no Brasil, demonstrando, mesmo passados mais de duas décadas da promulgação da Lei 9795/99, responsável pela institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental, o quão incipiente ainda é o entendimento da EA nas escolas.

A partir das teses e dissertações selecionadas, percebeu-se que as práticas ambientais investigadas, em sua maioria, continuam a refletir um sem número de projetos de EA que referendam as mesmas lacunas conceituais que foram criticadas durante a realização deste ensaio.

Constatou-se, ainda, no período indicado para o levantamento de dados realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a ausência de pesquisas que referenciassem em seu corpo teórico o uso das correntes político-pedagógicas e/ou das macrotendências na EA escolar, dificultando substancialmente o entendimento dos trabalhos em relação ao conceito de EA adotado, indicando para uma EA de caráter generalista.

Em tempo, importante mencionar a contribuição da análise de conteúdo enquanto técnica de interpretação de dados, pois a partir de sua adaptação foi possível a identificação de categorias de análise emergentes, ou seja, aquelas que surgiram durante o procedimento de agrupamento das categorias de análise intermediárias. A emergência das categorias 'concepção de natureza', 'sustentabilidade' e 'DS', alargou o entendimento em relação à concepção de EA dos professores investigados, justificando a narrativa reiterada da natureza enquanto recurso à sobrevivência humana, situando a perspectiva da preservação como eixo demarcatório da concepção de natureza e de EA dos respondentes.



Já em relação às práticas educativas ambientais desenvolvidas na escola, percebe-se a intensa confluência entre as práticas educativas desenvolvidas com a perspectiva da preservação ambiental, sendo destacado nas falas dos respondentes, a constante preocupação em relação ao futuro dos estudantes/alternantes.

Os componentes curriculares, assim como PPP da escola, exaltam a questão da preservação ambiental em diversos momentos, sob o enfoque discursivo relacionado aos impactos ambientais e a necessária administração do meio ambiente com fins de preservação dos recursos naturais.

Entende-se, ainda, que se alcançou o objetivo deste trabalho, isto é, de realizar uma narrativa crítica das concepções de EA dos professores investigados, sendo possível, por meio das macrotendências político-pedagógicas no campo da EA, situá-las em suas perspectivas conceituais.

Diante das informações coletadas em relação as concepções de EA, assim como em relação as práticas educativas desenvolvidas na escola, infere-se que estas se aproximam significativamente da macrotendência político-pedagógica conservacionista.

Encerrando, em pretensão de trabalhos futuros, importante destacar que a partir da análise dos documentos apreciados, nota-se que não há uma clareza conceitual que diferencie os termos sustentabilidade e DS, tampouco que indique o ambientalismo enquanto movimento político. Tanto as respostas obtidas pelos participantes da investigação, assim como os documentos analisados, remetem ao entendimento do termo sustentabilidade e DS como sinônimos, com explícito apelo recursista, de incentivo ao consumo sustentável e a melhoria da qualidade alimentar com o objetivo de diminuição dos custos de produção.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p.95-103, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Brasil; Edições 70, LDA, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, Ministério do Meio Ambiente/MEC, 1999.

CLARO, P. C. G.; FARIAS, M. R. D. Educação ambiental crítica na Amazônia: a utilização do quadro de referência como contributo pedagógico. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 7, p. e5521, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n7-064>. Acesso em: 04 out. 2024.

EFA-ITAPIREMA DE JI-PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico**, Escola Família Agrícola Itapirema de Ji-Paraná. Ji-Paraná/RO, 2019.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47–87, abr. 2009.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. DA C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23–40, 2014.



LÜDKE, M.; A., M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B.. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP**, v. 17, p. 1-17, 2012.

MINAYO, M. C.S.; COSTA, A. P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, 2018.

NASCIMENTO, E. P. DO. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

Pesquisa da Pecuária Municipal | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-dapecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 04 out. 2024.

RODRIGUES, A.C.L.. **Conhecendo a Pedagogia da Alternância**. Instituto Federal do Maranhão. 2020. Disponível em: https://profept.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2020/08/Anny-Camila-MANUAL_CONHECENDO_A_PEDAGOGIA_DA_ALTERN%C3%82NCIA.pdf Acesso em: 04 out. 2024.

SAUVÉ, L.. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, M. e CARVALHO, I.C.M. (orgs.) **Educação ambiental: pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SORRENTINO, M. **Educação ambiental e universidade: um estudo de caso**. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TRIVIÑOS, A.N.S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.